

Sábado, 07 de Fevereiro de 2026

Estadualização do Parque de Chapada é aprovada pela comissão do meio ambiente no Senado

Primeira etapa

Redação

Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou, na manhã desta quarta-feira (11.10), o projeto de lei que prevê a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

A proposição, da senadora Margareth Buzetti, foi aprovada por maioria. Agora, caso não haja recurso, o projeto segue para o Plenário da Câmara Federal.

Sendo aprovada na Câmara Federal e sancionada pelo Governo Federal, a gestão do parque, que hoje é feita pelo IMCBio, passará a ficar sob a responsabilidade do Governo de Mato Grosso.

“É uma excelente notícia e mostra que estamos convencendo o Congresso Nacional da importância de fazer investimentos nesse parque. É um dos maiores potenciais turísticos de Mato Grosso, mas que infelizmente não tem recebido investimentos à altura. Queremos investir forte no local, para melhorar os acessos, atrair turistas, gerar empregos e melhorar a conservação ambiental”, afirmou o governador Mauro Mendes.

A autora do projeto, Margareth Buzetti, destacou que a estadualização vai trazer muitos benefícios para todo o Mato Grosso, mas especialmente para a baixada cuiabana.

“É um parque muito lindo, que vai virar um polo turístico para a baixada cuiabana e o Brasil inteiro. É uma maneira de dizer ao povo da baixada cuiabana que eles também podem fazer turismo pertinho de casa, sem ser cobrados para adentrar ao parque”, declarou.

Relator da matéria, o senador Mauro Carvalho garantiu que a estadualização irá não só manter, mas fortalecer a preservação ambiental do Parque de Chapada.

"O Estado de Mato Grosso é comprometido com a sustentabilidade, e eu serei um grande fiscal do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Agradeço a todos que apoiam essa causa e conto com o apoio contínuo para que possamos ver o projeto se concretizar em prol do nosso meio ambiente e da nossa comunidade".

Os investimentos

De acordo com o governador Mauro Mendes, o objetivo do Governo é investir R\$ 200 milhões no parque nos próximos quatro anos, evitando que o local seja concessionado.

Com uma possível concessão, a empresa vencedora poderia cobrar até R\$ 100 de entrada, por pessoa, valor considerado "absurdo" pelo governador.

Já na hipótese de serem autorizados os investimentos, o Estado prevê várias melhorias, como a estruturação do Centro Geodésico; o acesso à Cidade de Pedra com implantação de mirante; acesso, trilhas e segurança no Morro de São Jerônimo; passarela de vidro no Portão do Inferno; implantação de elevador e acesso ao Véu de Noiva; sinalização de trilhas e outras ações.

"É isso que todos querem: preservar, potencializar e melhorar esses acessos e criar alternativas para que essa grande beleza possa ser melhor utilizada. E manter o acesso gratuito, porque a ampla maioria da população não tem condições de pagar R\$ 100 para entrar no parque, ainda mais sem qualquer estrutura", pontuou.

Fonte Secom mt